

Alvejando o Orçamento

JORNAL DO BRASIL

19 SET 1988

Mal a sociedade brasileira comemorava o retorno do Orçamento ao Congresso para discussão, devolvendo aos representantes do povo o direito de votar efetivamente sua lei econômica de maior peso e significado para a vida nacional, e os primeiros sinais de desastres possíveis aparecem no horizonte.

O Orçamento vai ser discutido, tal como ocorre nos países onde funciona um sistema bicameral, na Comissão Mista de deputados e senadores. A primeira medida tomada pelos congressistas ao receberem a proposta do Executivo, para desalento geral, foi tratar de devolver aos parlamentares as subvenções cortadas pela Operação Desmonte, engendrada para reduzir despesas nos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Pior que isso, logo após a primeira reunião oficial da Comissão, o seu Presidente e o relator geral declararam que em princípio a meta do Governo de redução do déficit público para 2% do Produto Interno Bruto (PIB) não é a mesma da Comissão.

Não é possível tamanho descompromisso, considerando-se a grave situação em que a economia brasileira patina numa inflação de 24% ao mês, com a incapacidade do governo para poupar e um inchaço na máquina burocrática responsável por folhas de pagamento que a receita tributária não suporta, sem aumentar a carga tributária sobre as empresas. Isto é, sem reduzir as margens de lucro para investimento e reinvestimento.

Convém lembrar que data de 1963 a última vez que o Congresso Nacional pôde fazer modificações no Orçamento da União, quando foram apresentadas nada menos que 130 mil emendas. Se todos os congressistas usarem sua faculdade de emendar e legislar em causa própria, na base de 20 emendas *per capita*, chega-se a mais de 11 mil, ameaçando transformar a proposta orçamentária numa Babel como a que tumultuou os trabalhos da Constituinte. Como salvar a racionalidade nesse ambiente?

Uma análise revista da Conjuntura Econômica observa que na própria mensagem presidencial que acompanha a proposta de Orçamento reconhece-se que em 1989 ainda estaremos longe da meta dos 2% para o déficit operacional do setor público em 1989. A pressão das estatais para obter capital eleva o déficit para 2,75% do PIB, e é evidente que para conter o déficit abaixo disso seriam necessários cortes em despesas de pessoal, com aumento de receita fiscal. O pacote dos últimos dias atende a esse último objetivo. Como, porém, chegar ao corte nas despesas se as resistências burocráticas somam-se ao fisiologismo político e às pressões estaduais e municipais em vésperas de eleições?

A realidade com a qual nos debatemos é a de despesas com pessoal que, este ano, ameaçaram superar os 100% da Receita Líquida do Tesouro. No auge da crise, o governo protelou o pagamento da URP aos servidores, o que nos brindou com crises em cascata, greves e ameaças de greves somente abortadas pela suspensão das medidas contencionistas de gastos. Estamos voltando ao ponto em que nos encontrávamos antes, e com um aumento de impostos que não significa aumento de poupança do governo para investimento.

Se a tudo isso somarmos a ameaça, por parte do Legislativo, de inflar ainda mais as despesas, estaremos chegando ao prosaico terreno do "Deus nos acuda". Para que isso não aconteça, é mais do que necessário que a Comissão mista de Orçamento e Finanças convoque seus membros mais racionais para o trabalho, e que se acelere a Operação Desmonte, com os programas de privatização de estatais.

Esta, na realidade, parece ser a única saída capaz de garantir que os gastos públicos não vão entrar em espiral no futuro, com a classe política usando do poder de desarticular até mesmo os setores mais produtivos da economia, transformando-os em cabides de emprego e distribuição de favores.